



**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria de Governo  
Ouvidoria Geral do Estado

**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO OGE/LAI nº 442/2021

**Número de referência:** PROTOCOLO SIC [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria Estadual da Saúde

**ASSUNTO :** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA :** Solicitação de planilha em código aberto com informações sobre demandas judiciais com decisões obrigando o Governo do Estado de São Paulo ofertar os medicamentos relacionados, informando para cada medicamento, o número de demandas judiciais por ano (no íterim de janeiro de 2017 à agosto de 2021), o valor total gasto para cada medicamento e a quantidade de ações (para cada medicamento) em que o Governo do Estado buscou o ressarcimento judicial por parte do Ministério da Saúde. Ausência de resposta recursal. Provimento recursal.

**DECISÃO OGE/LAI nº 442/2021**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Saúde, número SIC em epígrafe, para acesso a planilha em código aberto com informações sobre demandas judiciais com decisões obrigando o Governo do Estado de São Paulo ofertar os medicamentos relacionados, informando para cada medicamento, o número de demandas judiciais por ano (no íterim de janeiro de 2017 à agosto de 2021), o valor total gasto para cada medicamento e a quantidade de ações (para cada medicamento) em que o Governo do Estado buscou o ressarcimento judicial por parte do Ministério da Saúde.
2. Em resposta, a Pasta informou sobre a quantidade de demandas judiciais existentes por ano por medicamento. O silêncio do órgão em grau recursal motivou o apelo cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015.
3. Instada a sanar a supressão de instância, o órgão quedou-se silente.
4. Deve-se consignar que tal direito a acesso a informação se reflete em um dever positivo da administração pública, que consiste não apenas em receber as manifestações de cidadãos, mas também em respondê-las, ainda que para afirmar, de modo fundamentado, o que já foi respondido inicialmente, ou eventual impossibilidade do acesso às informações pleiteadas, inexistência do dado ou informar novamente que não tem competência ou que não é o canal correto para atender a demanda. Nesse sentido, pode-se inferir que o silêncio do órgão público equivale a uma resposta negativa, e imotivada, à demanda efetuada, não atendendo, assim, as disposições da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à informação - LAI - e do Decreto estadual nº 58.052, de 16 de maio de 2012.
5. Considerando que o órgão não atendeu ao pedido do requerente, nem apresentou as justificativas para uma eventual negativa do acesso pretendido, **conheço do recurso**, e no mérito, **dou-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11 da mesma Lei Federal nº 12.527 /2011.

Classif. documental

006.03.02.001

**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria de Governo  
Ouvidoria Geral do Estado

6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 06 de novembro de 2021.

Antonio Carlos Santa Izabel  
Ouvidor Geral do Estado  
Ouvidoria Geral do Estado